

## 1. RECENSÕES

José Afonso FURTADO, *Os livros e as leituras. Novas tecnologias da informação*, Lisboa, Livros e Leituras, 2000, 474 p.

Não obstante ter sido já publicada em Março de 2000, a presente obra, de José Afonso Furtado, bem merece ser amplamente divulgada, quer pela pertinência da temática, quer pela forma desenvolvida, actualizada e devidamente fundamentada, patente ao longo de todo o volume.

Numa breve introdução, J. A. Furtado alude ao seu interesse pela assunto e a outros trabalhos que, anteriormente, lhe dedicara. Sublinha, também, a relação entre o texto produzido e a sua actividade, como docente, no Curso de Especialização para Técnicos Editoriais na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa.

Num primeiro capítulo, ainda igualmente introdutório, intitulado “Em Torno do Conceito de Livro”, começa por fazer uma breve história do mesmo. Da sua análise depreende-se trata-se de uma noção dinâmica que, na sua já longa história, tem adquirido vários significados. Assim, além das duas acepções distintas que lhe são atribuídas – uma *material* e outra *espiritual* (p. 16) –, o livro pode ainda ser definido como um conjunto de cadernos, manuscritos ou impressos, ou como uma monografia, obra científica ou literária (p. 21). Quase no final desta primeira abordagem do conceito de livro e em jeito de conclusão, o autor salienta: «parece claro que o livro continua, passados dois séculos [correspondentes ao período da indústria da edição contemporânea], a ser entendido como a mesma realidade dupla, como bem material e como bem espiritual, como um ideal de livro como núcleo da organização, apresentação e transmissão de conhecimentos» (p. 22).

Em seguida, entra mais directamente no tema fulcral da obra, isto é, na «longa história do livro, da leitura e das relações com a escrita», à qual dedica três extensos capítulos, subdivididos em diversas alíneas. No primeiro, foca “Livros e leituras: questões de história”; no segundo, “Leitura, leituras”; e, no terceiro, “Futuros do livro e da leitura”. No final,

encontra-se um número significativo de notas, com úteis referências bibliográficas, as quais ocupam cerca de quatro dezenas de páginas.

J. A. Furtado começa por analisar historicamente, não só os livros e as leituras como também diversos outros fenómenos com eles relacionados. Assim, apresenta uma elucidativa síntese da história da escrita, sem descurar os respectivos materiais de suporte, com destaque para o papel (p. 36-37), bem como a planificação, a produção e a distribuição do livro.

No que a esta diz respeito, estuda os diversos canais de distribuição, desde a venda por correspondência à venda porta-a-porta, aos quiosques e à livraria. A despeito das tendências que, ultimamente, começaram a emergir – baseadas em novas e sofisticadas estratégias, numa concorrência bastante agressiva e na utilização do comércio electrónico –, o autor destaca o lugar privilegiado que a livraria ainda continua a desempenhar. A propósito, escreveu: «A livraria constitui o canal privilegiado de distribuição do livro. Para além do montante de vendas que gera, apresenta uma dimensão e variedade de oferta que supera qualquer outro canal de distribuição; apesar da sua importância relativa ter vindo a diminuir, mantém ainda o *leadership* em relação aos outros canais» (p. 128).

No que concerne à leitura propriamente dita, tem vindo a verificar-se uma diminuição da sua importância relativa, face à concorrência que outros meios lhe têm vindo a fazer. O fenómeno é mais notório entre os jovens leitores (em particular, os de 15-20 anos de idade) «que assumem comportamentos culturais diferentes dos da geração precedente, a leitura ocupa um lugar mais reduzido e já não é considerada o ponto de passagem obrigatório para o acesso aos conhecimentos» (p. 184).

No capítulo seguinte, dedicado à “Leitura, leituras”, são analisados alguns tópicos da maior relevância, para se obter uma compreensão aprofundada do fenómeno. A sociologia e a teoria da leitura ocupam lugar destacado, mas também a história da leitura e o “livro ameaçado” merecem a devida atenção. Este último ponto voltou a ser objecto de estudo no capítulo imediato.

A ameaça ao livro advém do audiovisual e, sobretudo, da televisão. Sublinha, a propósito, o autor: «A oposição entre a televisão e a leitura tornou-se um lugar comum, e um lugar de confronto entre Gutenberg e McLuhan, entre bibliosfera e iconosfera. Perante o fascínio do “pequeno ecrã” essas posições de denúncia atravessam uma espécie de fronteira, a fronteira entre o mundo da escrita e o mundo do audiovisual» (p. 238).

O último capítulo, que se prolonga por 178 páginas, é dedicado aos “Futuros do livro e da leitura”. O assunto é contextualizado no âmbito das

tecnologias da comunicação e tratado de forma desenvolvida. Assim, recorda-se a evolução das redes postais, a “mundialização das comunicações”, entre 1850 e 1950. Constituíram marcos importantes desse processo: a descoberta do telégrafo (1837); o aparecimento do telefone (1876); e o início do funcionamento das radiocomunicações (1899).

Cerca de meio século mais tarde chegam os computadores, cuja difusão foi extraordinariamente facilitada, a partir dos anos 1970, com o aparecimento do computador pessoal. «Foi esta invenção imprevisível que fez da informática um *medium* de massas».

As transformações tecnológicas, verdadeiramente revolucionárias, têm vindo a contribuir para uma mudança radical da sociedade e da própria economia. Já se fala, inclusive, de *capitalismo da informação*. Esta passou a ser «totalmente transnacional», o que também se repercute, obviamente, nas escolas e na formação por elas assegurada. «Nos próximos cinquenta anos, as escolas e as universidades irão mudar mais drasticamente que nunca, desde que assumiram a sua forma actual há mais de trezentos anos, quando se reorganizaram em torno do livro impresso» (p. 284). Como lembra Lyotard, citado pelo autor, as sociedades entram na idade pós-industrial e as culturas na idade pós-moderna (p.285).

É bem conhecida a relevância do fenómeno Internet, no mundo de hoje. Para a maioria dos autores, como recorda J. A. Furtado, trata-se «do mais revolucionário fenómeno na história das tecnologias de informação e comunicação desde a difusão dos computadores pessoais nos anos 70» (p. 294). Por isso, compreende-se que, na presente obra, lhe tenham sido dedicadas diversas páginas. São fornecidos elementos vários acerca da sua evolução, durante as seguintes fases: *invenção (1968-1984)*; *inovação (1984-1995)*; e *difusão (1995 - ...)*.

As três últimas alíneas são dedicadas, respectivamente, à “nova literacia”, ao “circuito do livro face às novas tecnologias” e à questão da “morte do livro”. Face às profundas inovações a que temos vindo a assistir, torna-se imperioso adquirir novas competências (daí o falar-se de uma “nova literacia”) e utilizar novos instrumentos, entre os quais se encontra o *e-book*. Todavia, embora este possa oferecer certas vantagens, também apresenta ainda alguns inconvenientes, face ao livro (p. 399-401).

Por último, J. A. Furtado dedica várias páginas à já anunciada “morte do livro”, pelos chamados “tecno-entusiastas”, por oposição aos “tecno-aporados” (p. 424). Expõe os argumentos utilizados por aqueles,

embora sem deixar de notar, nos seus discursos, por um lado, certas hesitações e, por outro, a própria mudança de opinião de alguns, em momentos diferentes do seu percurso biográfico.

No final – e tal como tem sucedido em muitas outros exemplos da história da tecnologia –, o autor acaba por concordar com aqueles que defendem que o livro sobrevirá e continuará a coabitar com outros veículos de informação, ainda que mais modernos e sofisticados. Está, pois, em sintonia com Derrida, de cuja obra cita algumas passagens: por agora, nada há «na economia da edição ou no corpo de práticas envolvidas no uso do livro impresso que justifique o seu desaparecimento». E, a concluir a obra em epígrafe, pode ler-se: «Dizer adeus ao livro, ao papel, hoje, seria um pouco como se um dia decidíssemos deixar de falar porque sabemos escrever. Como esta mutação é integradora, sem ruptura absoluta, temos o privilégio de conservar ainda o desejo de a nada renunciar. E então talvez a questão da “morte do livro” tenha já, definitivamente, perdido sentido» (p. 434-435).

Além dos aspectos positivos já referenciados – desenvolvimento aprofundado da temática, com vasto apoio bibliográfico –, outros há a destacar, nomeadamente a perspectiva abrangente seguida pelo autor. De facto, não só foram objecto de análise os aspectos mais directamente relacionados com os livros e as leituras, como outros que, embora de forma menos directa, também se repercutem naqueles. Entre outros exemplos, podem mencionar-se: as tecnologias da comunicação, o mercado e os seus mecanismos, os direitos de autor, a estratégia, a economia, a sociedade, a política e a educação.

Pelo que acaba de referir-se, a leitura da presente obra será da maior utilidade a um público com interesses bastante diversificados, desde bibliófilos e entusiastas pelas novas tecnologias, a editores e livreiros, a profissionais e estudiosos das ciências da comunicação, a docentes e estudantes, sem esquecer os responsáveis por políticas culturais e o próprio público, em geral.

Antes de concluir, apenas gostaria de chamar a atenção para algumas gralhas, a evitar numa eventual futura edição. Sem pretender ser exaustivo e não considerando alguns vocábulos com partes indevidamente separadas por hífen, atente-se nos seguintes lapsos (entre parênteses encontra-se a grafia correcta e a respectiva página): algumas (a algumas, p. 9); épocascharneira (épocas-charneira, p. 22); dispoem (dispõem, duas vezes, na p. 78); librarías (livrarias, 131); complexo (complexa, p. 182); audio-visual (audiovisual, p. 225); evitado (evitada, p. 241); *do média* (*dos média*, p. 273); ao países (aos países, p. 314);

significantes (significantes, p. 338); substancia (substância, p. 341); poderam (puderam, p. 366); a dois anos (daqui a dois anos, p. 403).

Obviamente que estes reparos não pretendem, de modo algum, ofuscar o grande mérito do trabalho em questão. Trata-se de um excelente contributo para o melhor conhecimento de uma temática – o livro e as leituras –, pela qual tem passado muito da cultura da Humanidade, ao longo de milénios, embora com destaque para os últimos quinhentos anos. Com efeito, foi por meados do século XV que se iniciou a civilização moldada pela “arte” de Gutenberg, o que, para certos autores, terá constituído factor decisivo na transição da Idade Média para a Idade Contemporânea.

*José Amado Mendes*

Manuel da Rocha FELÍCIO, *Portugal e a Definição Dogmática da Infallibilidade Pontifícia. Teologia, Magistério, Debate Público*, Viseu, Edição do Instituto Superior de Teologia, 2000, 532 p.

Esta obra, prefaciada por Manuel Clemente, constitui, no essencial, a tese de doutoramento do autor defendida na Universidade Católica Portuguesa, em Julho de 2000. Trabalho sério, fundamentado numa pormenorizada e cuidadosa análise das fontes, representa um contributo significativo para o conhecimento da eclesiologia oitocentista e particularmente para a conjuntura religiosa dos finais da década de 60 e inícios da década de 70. Cronologicamente o livro situa-se entre 1772, data da publicação dos *Estatutos* da Universidade de Coimbra e 1870, ano em que foi proclamado o dogma da infalibilidade pontifícia no Concílio Vaticano I.

A sua estrutura obedece a cinco capítulos subdivididos em vários subcapítulos, os quais traduzem a análise serena de uma vasta documentação que o autor utilizou na construção do seu estudo. Confesso que fiz uma leitura integral do texto na perspectiva de historiador e que, nem sempre, me senti identificado com o discurso teológico de Manuel da Rocha Felício. Também não estou certo, como o autor parece estar, da cientificidade da Teologia. Terá, na realidade, este ramo de conhecimento um estatuto científico, sabendo nós que o seu objecto são “as coisas divinas”? Se a Teologia é apresentada como uma ciência tenderá a obter a